

BIOGRAFIAS HISTÓRICAS E PRÁXIS HISTORIOGRÁFICA

Arrisete C. L. Costa¹

Há um consenso na comunidade dos historiadores no que diz respeito ao reconhecimento das biografias históricas como uma legítima forma historiográfica. Ao traçar um inventário das relações entre história e memória na cultura historiográfica ocidental, tendo como fio condutor a trama das memórias biográficas, acesso, nos termos de Hilda Noemí Agostino, “*otras posibilidades de conocimiento, que nos aportan mas protagonistas y más colectivos sociales com la axiologia que los caracteriza y sus costumbres epocales*”². Tenciono demonstrar, por meio das diferentes modalidades do saber/ fazer biográfico, o trabalho de reconstrução das memórias individuais que aludem ao passado coletivo da humanidade, e, por isso, destaco aquelas produzidas no contexto das renovações da historiografia crítica contemporânea que ocorreram a partir de 1968, cuja *práxis* materialista arrebatou do esquecimento a história dos anônimos.

O termo *biographia - grafia da vida* - foi cunhado na Grécia no fim do período antigo. Desde então, a biografia é definida como a *narração* da vida de um *indivíduo*³. Leonor Arfuch define-a como um horizonte de inteligibilidade, onde é possível articular diversos gêneros e formas, dos mais canônicos às múltiplas variações contemporâneas, e, ao discorrer sobre a multiplicidade das formas que integram o espaço biográfico, ressalta o traço comum existente entre elas:

*[...] contam, de distintas maneiras, uma história ou experiência de vida. Estão inscritas numa das grandes divisões do discurso, na narrativa, e estão sujeitas a certos procedimentos compositivos, entre eles, e prioritariamente, aos que remetem ao eixo da temporalidade.*⁴

Para o historiador François Furet, narrar ou contar uma história é dizer “*aquilo que aconteceu*”, “*restituir o caos dos acontecimentos que constituem o tecido de uma vida*”⁵, cujo modelo é a narrativa biográfica. Para Jacques Le Goff a

[...] biografia histórica deve se fazer, ao menos em um certo grau, relato, narração de uma vida, ela se articula em torno de certos acontecimentos individuais e coletivos – uma

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Adjunta do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas.

² AGOSTINO, Hilda Noemí. Biografia e História. *Debates*, Cataluña, jul. 2002. Disponível em: <<http://www.h.debate.com/>>. Acesso em: 27 abr. 2004.

³ LUFT *apud* SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura. In: RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000, p. 193.

⁴ ARFUCH, Leonor. La vida como narración. *Palavra – Revista do Departamento de Letras da PUC-Rio*, Rio de Janeiro, Editora Trarepa, n. 10, 2003, p. 45.

⁵ FURET, François. Da história-narrativa à história-problema. In: _____. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1975, p. 81.

*biografia não 'événementielle' não tem sentido.*⁶

Sua produção perpassa por todos os períodos da história humana: Antiguidade, Idade Média, Renascimento, Iluminismo, Idade Moderna e Pós-Moderna. É possível notar a sua presença numa linha de continuidade e rupturas epistemológicas, cuja genealogia se localiza entre os gregos, embora os primeiros a se destacarem pelos seus modelos de biografias históricas tenham sido os romanos, sobretudo aqueles estabelecidos por Suetônio Tranquilo e Plutarco: o esboço da personalidade e a análise dos tipos ideais⁷. Por exemplo, a obra *Vida dos Césares*, de Suetônio, caracteriza-se por uma forma de organizar os relatos conhecida como “eidológica”, que organiza os tópicos “*per species*”: nascimento, família, infância, educação e etc. Para separar os itens e tornar clara a passagem de um tópico para outro, recorria às “divisões”. Seguindo a mesma tradição, sobressai-se na historiografia latina a *História Augusta*, uma coletânea de seis biografias de imperadores, elaborada progressivamente, do final do século III ao início do século IV. Dentre elas, destaca-se a biografia do imperador Aureliano, atribuída a Flávio Vopisco de Siracusa, considerado, na opinião da historiadora Maria Luiza Corassin, “imitador de Suetônio, tanto no estilo como em assunto”⁸. Plutarco escreveu a biografia de Alexandre, o Grande, onde faz uma distinção entre História e relato de vidas passadas em que havia espaço para trabalhar com os episódios, anedotas, chistes, pistas, seja na esfera privada, seja na pública. Nas biografias citadas, reconhece-se a valorização da mimese, o uso dos *exempla* como instrumentos de instrução moral, recurso comum à maioria das escolas retóricas. Foram tecidas a partir de um material factual: incidentes, frases e ditos, conversas, cartas e outros documentos considerados relevantes e, na falta desses, seus autores criaram livremente para preencher as lacunas de suas informações.

Na Idade Média, predominou a produção hagiográfica: vidas de santos, relatos de milagres, listas episcopais, Anais e Crônicas. As biografias de santos⁹ apresentavam, comumente, um teor panegírico que se inspirava em modelos antigos impelidos à exemplaridade. As hagiografias consistiam, segundo Michel de Certeau, um gênero literário que privilegia os atores do sagrado, ou seja, os santos, e visa à edificação. Sua construção narrativa estava baseada numa retórica tautológica do culto. E, muito embora Michel de Certeau não o considere um texto historiográfico, o documento hagiográfico se caracteriza por uma organização textual, na qual se desdobram lugares e temas que se referem “àquilo que é exemplar”. A partir de 1643, com a atuação dos Bollandistas, “as vidas de santos gerais e particulares são uma grande parte da história eclesiástica”¹⁰. Daí em diante, opera-se uma divisão: por um lado, a austeridade da exatidão nas biografias eruditas; de outro, uma “folclorização”

⁶ LE GOFF *apud* SCHIMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, n. 19, 1997, p. 4.

⁷ LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996, p.148-149.

⁸ CORASSIN, Maria Luiza. Biografia e História na Vita Aureliana. *Revista Brasileira da História*, São Paulo, ANPUH/ Ed. Unijuí, v. 17, n. 33, 1997, p. 104.

⁹ São exemplos obras como: *A vida de Santo Antônio*, de Atanásio; *A vida de Constantino*, de Eusébio.

¹⁰ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes, com revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 268.

popular, uma literatura devota, que culmina com o afetivo e o extraordinário das vidas edificantes. Ambas as formas narrativas trabalham com uma poética do sentido e produzem uma simbolização moral.

Na Renascença, nos séculos XIV e XV, despontam as crônicas relatando grandes feitos. No prefácio de uma obra ilustrativa do período, intitulada *Carlos VII*, Basin define sua missão de historiador como “*escrever e transmitir à posteridade, sob a forma de relatos verídicos, a história do passado e, sobretudo, a vida dos personagens ilustres*”¹¹. Dentre as convenções das biografias renascentistas, Peter Burke arrola as seguintes características: os biografados eram, via de regra, governantes, filósofos, generais, literatos; tinham um objetivo didático; eram frequentemente utilizadas para indicar o contexto de publicação da obra de um determinado autor. Sua estrutura narrativa tinha uma organização cronológica, mas priorizava-se a estrutura temática: origens, formação, trabalho, sociabilidade, personalidade e epitáfio funerário. Seguindo a tradição elegíaca, a grandeza do herói é um tema recorrente nas biografias renascentistas; aos eventos como, por exemplo, os rituais e leito de morte, era dada uma atenção considerável, pois eram os marcos das cenas biográficas. Peter Burke faz, ainda, uma analogia entre o estilo da biografia e a ficção do período: ambas eram anedóticas, romanceadas, dramáticas. E, comumente, apresentavam o formato biográfico do “diálogo”. Exemplos ilustrativos dessa temporalidade são: a biografia de Marco Aurélio, por Antonio de Guevara, *Libro Áureo de Marco Aurélio*, 1528; a vida do poeta Ronsard, por Claude Binet, *La vie de P. de Ronsard*, 1586, e a biografia anônima *Anonymous life of William Cecil Lord Burghley* (c. 1600)¹².

Os séculos XVI, XVII e XVIII foram marcados por mudanças historiográficas, envolvendo a erudição metódica, a história diplomática, o sentimento nacional e a acentuação do lado literário e retórico da história. Nesse período, os historiadores consideram que a história deve estudar os motivos e as paixões que guiam as ações humanas e apresentar heróis de alto relevo, como o fez, por exemplo, Gibbon, cujo “*objeto principal, e praticamente único, de suas histórias é o homem e suas paixões [...]*”, “[...] a tarefa suprema do historiador consistia em devassar os atores históricos em suas profundezas”¹³. Durante o século XIX, o número de produções das biografias históricas é expressivo. Nas primeiras décadas do século, prevalecia uma concepção de história como sendo uma biografia em escala mais ampla. O historiador Carlyle afirmava que a “*história do mundo é a biografia dos grandes homens*”, e, para Emerson, “*não existe história, propriamente, só biografia*”. O entrelaçamento de história e biografia revela-se na produção de historiadores e investigadores como Leopold von Ranke, que inseria “*esboços biográficos em suas volumosas histórias*”; Michelet, que “*passou toda a sua carreira escrevendo a biografia coletiva do povo francês*”, e Heinrich von Sybel, que descreveu a biografia “*como um ramo da história*”. Prevalece, em suas abordagens, a apologia clássica do herói. Para Peter Gay, o fenômeno – qualificado pelo historiador inglês Coleridge como “*era da personalidade*” e pelo editor e ensaísta Charles Whibley como a “*loucura moderna*”

¹¹ BASIN *apud* GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

¹² BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, n. 19, 1997.

¹³ GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 37.

pela biografia” – concorre para a expansão e o contínuo aumento da popularidade das biografias, particularmente na segunda metade do século. O historiador enfatiza que, entre as décadas de 1870 e 1880, o “*apetite biográfico era insaciável*”, revelado com o lançamento de séries como: *English men of letters*; *English Leaders of Religion*; *Who’s Who*; *Dictionary of Nacional Biography*¹⁴. A partir de meados do século XIX, quando os avanços da metodologia histórica tornam mais exigentes, cuidadosos e severos os procedimentos científicos, alguns historiadores contestam a identificação da biografia com a história¹⁵.

As modificações de caráter profissionalizante na historiografia motivaram a substituição de uma literatura de celebração (biografias encantadas) por uma crítica (biografias desencantadas). Marly da Silva Motta afirma que, no fim do século XIX, as biografias continuavam a plataforma apropriada para o culto dos heróis e figuravam com equidade, ao lado de outras ricas fontes históricas nacionais, enciclopédias e coleções de documentos para o estudo do passado. Discute, ainda, as estreitas relações entre o gênero biográfico e a história política, destacando o exercício apologético dos heróis nacionais como um dos pilares do complexo processo de construção da nação, filiado à concepção de história como “*mestra da vida*” e com o uso das biografias como modelos exemplares a serem seguidos. Mesmo um historiador como Leopoldo Von Ranke, que demonstrava excessiva preocupação com a objetividade, estudava o Estado como uma entidade viva, “um indivíduo”. Sabina Loriga reforça estas características peculiares relativas à consideração das ações individuais como base da história, principalmente no mundo anglo-saxão e outros países da Europa e, muito apropriadamente, cita Gustav Droysen como ilustração da concepção que sublinha a importância dos acontecimentos específicos e dos feitos individuais.

A retrospectiva feita até o momento revela o modelo da narrativa biográfica construída numa linha temporal contínua entre o nascimento e a morte, onde lhes são atrelados os eventos que perfazem uma vida individual. A memória é vista como substrato para a reconstrução histórica a partir de processos da rememoração de acontecimentos vividos, pessoas, personagens, lugares, costumes. A história assemelha-se ao duplo científico da memória¹⁶. No início do século XX, as biografias com tal feito foram rejeitadas. Peter Burke comenta o fato de que, tanto a primeira quanto a segunda geração dos historiadores franceses da Escola dos *Annales* não levaram a sério a biografia¹⁷. Os historiadores desse grupo, surgido em 1929, combatem a história política tradicional, centrada na atuação dos *grandes homens*; propõem a colaboração com as ciências humanas menos atentas às ações individuais (especialmente a geografia, a sociologia e a economia); introduzem

¹⁴ GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 207, 176, 208.

¹⁵ Marx e Tocqueville. Para estes historiadores, o choque de classes, o desenvolvimento de estruturas econômicas e sociais eram os verdadeiros impulsos das transformações históricas. GAY, *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 211.

¹⁶ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

¹⁷ BURKE, Peter. *A Revolução Francesa na historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Editora da UNESP, 1991, p. 103.

a noção de *história problema* e reivindicam uma *história total*, preocupada com todos os aspectos do fazer humano. Mas, apesar da refração da biografia enquanto história política e da narrativa memorialística a ela associada, a Escola dos *Annales* produziu, durante a primeira metade do século XX, estudos biográficos inspirados em personagens históricos. Esse tipo de biografia é da primeira fase dos *Anais*, datada aproximadamente até a Segunda Guerra Mundial, e pode ser exemplificado pelas obras biográficas de Lucien Febvre: *Un destin, Martin Luther*, 1928; *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle. La religion de Rabelais*, 1942; *Margarida de Navarro*, 1944 – livros que utilizaram o procedimento biográfico combinando a erudição e a história-problema. Uma das características dessa produção biográfica é a redução da autonomia dos grandes personagens, inserindo-os no contexto em que viveram, visto aqui como um limite para a livre atuação individual. Para Febvre o indivíduo é sempre o que sua época e o seu meio permitem. Essa perspectiva, influenciada pela hermenêutica diltheyana, “dá grande importância à biografia: a época explica o indivíduo e o indivíduo exprime a sua época”¹⁸.

Com a chamada *Era Braudel*, a biografia perdeu seu espaço nos *Annales*, pois a maioria dos historiadores desse grupo menosprezou as possibilidades, que foram preteridas em nome dos enfoques macro-estruturais totalizantes. Os historiadores, influenciados pelo paradigma estruturalista, voltaram-se para a história econômica e social. Essa fase foi marcada pela quantificação, em que qualquer ação humana servia como um dado para a construção de amplas séries estatísticas, único meio capaz de captar os movimentos de longa duração. Imbuídos desse espírito, Pierre Chaunu e Le Roy Ladurie proclamaram a morte da biografia. Fernand Braudel, por sua vez, não a eliminou, considerando-a constituinte do vivido: “[...] o problema não consiste em negar o individual sob o pretexto de que ele é contingente, mas de ultrapassá-lo, distinguir nele forças diferentes dele, reagir contra uma história reduzida ao papel dos heróis [...]”¹⁹. Embora, na obra intitulada *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, Fernand Braudel tenha como ponto de referência um grande personagem, o rei da Espanha Felipe II, “o herói é o Mediterrâneo e não Felipe II”. O mediterrâneo é o herói coletivo na cena da história mundial. Como nos adverte Paul Ricoeur, na estruturação da obra de Fernand Braudel há uma analogia “[...] entre o tempo dos indivíduos e das civilizações [que] deve ser preservada: crescimento e declínio, criação e morte, destino [...]”²⁰. Entrevemos essa analogia em trechos da própria obra “*O Mediterrâneo é tal como o fazem os homens, a roda do seu destino fixa o deles, amplia e restringe seu campo*”²¹. Paul Ricoeur questiona o porquê de Fernand Braudel querer contar a história do Mediterrâneo, escrever e terminar a obra com “*páginas suntuosas sobre a morte de Felipe II a 13 de setembro de 1598?*”²². Ao que responde, comentando que tal morte não era um grande acontecimento do ponto de vista da história do Mediterrâneo, mas tinha o significado de um acontecimento de “primeira grandeza” para todos os protagonistas. No âmbito da estruturação da obra, a morte que revela um destino individual não se inscreve

¹⁸ REIS, José Carlos. *Annales: a renovação da História*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1996, p. 43.

¹⁹ BRAUDEL *apud* REIS, *Annales...*, p. 109.

²⁰ REIS, *Annales...*, p. 114.

²¹ BRAUDEL *apud* RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* - tomo I. Tradução de Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994, p. 298.

²² RICOEUR, *Tempo e narrativa*, tomo I, p. 304.

na trama da explicação, mesmo que o historiador marque uma distância entre a história biográfica e a história das estruturas; sem essa referência, não saberíamos que a história é humana: “*Por si só Felipe era a súmula desse império, das suas forças e das suas fraquezas*”²³.

Philippe Levillain aponta o fim dos anos 70 como o período do florescimento da biografia na França, mas adverte-nos que a sua reabilitação na Universidade francesa acontecera já nos anos 60²⁴. Se, em 1974, na obra *Fazer a História*, Jacques Le Goff denuncia a insuficiência metodológica e científica dos vulgarizadores e “*escrevinhadores de historietas*”, referindo-se àqueles que escrevem biografias sintonizadas a “*um mercado condicionado às regras da sedução*”, em 1981 faz declarações atenuantes a esta posição inicial quanto às biografias, afirmando sua prática no âmbito da Escola dos *Annales*. A coleção francesa intitulada *Archives*, série dos anos 1970²⁵, estava dirigida para a publicação de fontes sobre casos judiciais célebres ou extravagantes²⁶. É à Nova História que se atribui o renascimento da biografia na historiografia francesa como uma nova prática que envolve diferentes razões e que assume formas diferentes. A Nova História resgata a biografia a partir de uma perspectiva conhecida como “*história-problema*”, que visa ultrapassar os enfoques tradicionais e fazer a reapropriação de antigos gêneros em função de uma problemática renovada. Na historiografia francesa, a volta da biografia vai estar associada ao fenômeno conhecido como “*retorno da narrativa*”, que sinaliza novas experimentações historiográficas.

No cerne dessas renovações, acrescenta-se, ainda o retorno à história política, pela chamada terceira geração de historiadores franceses, entendido como uma reação às formas de determinismo “*estruturalista braudeliano*” e, especialmente, o “*economicismo marxista*”. Observa-se a preocupação com a liberdade humana e o interesse por uma escala de análise micro, fundamentada na filosofia do sujeito, que desencadeia o ressurgimento da biografia histórica, fora e dentro dos quadros da historiografia francesa. Dentre as biografias produzidas pela corrente historiográfica Nova História, cito a de São Luís, 1996 e a de São Francisco, 1999, por Jacques Le Goff; a do burguês Joseph See, por Michel Vovelle; a do artesão parisiense Jean Louis Ménétra, por Daniel Roche; a de Louis-François Pinagot, por Alain Corbin, 1998, e a biografia intitulada *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*, 1984, da autoria de Georges Duby. Esta última discorre sobre a vida de um cavaleiro medieval inglês. Ela foi escrita como um romance, sem pausas analíticas e com as citações documentais, não referenciadas, intercaladas com a fala do autor. A narrativa acompanha a vida de Guilherme que, partindo do nada, morreu rico e celebrado como o “*melhor cavaleiro do mundo*”.

Nos anos 70, na Itália, a coleção intitulada *Microstorie*, publicada pela editora Giulio Einaudi é dirigida, principalmente, para pesquisas biográficas. E, em 1976,

²³ BRAUDEL, apud RICOUER, *Tempo e narrativa*, tomo I, p. 304.

²⁴ Entre as 756 Teses de história contemporânea computadas em 1º de outubro de 1966, constata-se que 46 delas eram biografias.

²⁵ Coleção dirigida por Jacques Revel e Pierre Nora. Publicou mais de 100 livros. Ver FERREIRA, Marieta de Moraes. “Entrevista com Jacques Revel” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 10, n. 19, 1997, p. 125.

²⁶ Nesta coleção, Michel Foucault publica a obra *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*.

quando ainda prevalecia a história serial e quantitativa e a biografia consistia numa tópica provocadora frente às ortodoxias da historiografia, Carlo Ginzburg escreve *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Mas é nas décadas de 80 e 90 que se assiste a um boom das biografias no mercado editorial, chegando a ocupar os primeiros lugares na lista de *best-sellers*, provocando o surgimento, em livrarias e bibliotecas, de seções especializadas. Em 1982, *O retorno de Martin Guerre* é lançado e torna-se um “*best-seller acadêmico*”. Em 1984, a *Encyclopaedia Universalis* fazia, em seu suplemento, sob a rubrica “A biografia hoje”, um inventário segundo o qual, na expressão de seu autor, Daniell Madelénat, em alguns anos havia-se operado a recuperação da biografia e de seu estilo eminentemente narrativo. Em 1985, Peter Gay publica *Freud: uma vida para o nosso tempo*. Em 1992, na Espanha, Jaimes Contreras lança a obra *Sotos contra Riquelmes*. Peter Burke, historiador inglês, além de publicar a obra biográfica *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*, 1994, publica também *Veneza e Amsterdã*, recuperando uma tradição de estudos de biografias coletivas das elites (prosopografia), difundidos nas décadas de 1920/30 na Inglaterra e nos Estados Unidos, quando as biografias coletivas estavam em uso, com destaque para as obras clássicas de Lewis Namier, 1929, Robert K. Merton, 1938, e Ronald Syme, 1939. Acrescentam-se ainda nesta tradição as biografias elaboradas por André Mansuy-Diniz Silva, 1979, e Linda Colley, 2002.

A *English Social History* – o grupo contemporâneo de historiadores britânicos de inspiração marxista – constitui-se nos anos 40, congregando historiadores como Eric Hobsbawm, Edward Thompson e Christopher Hill. Essa corrente historiográfica recupera, com a biografia, a “*dimensão subjetiva dos processos sociais, negligenciada pelas tendências estruturalistas do marxismo*”²⁷. Christopher Hill, um de seus expoentes, escreveu *Oliver Cromwell*, 1988, uma biografia do líder da Revolução Inglesa do século XVII, em que se esforça por destacar a importância decisiva da ação de um personagem para a história da Inglaterra. Sua formação marxista faz com que privilegie a “*inserção classista do personagem*”, considerando-o como um precursor dos “*grandes plebeus*”, ou seja, da burguesia inglesa. Destaca a importância decisiva da ação do personagem para a história da Inglaterra como, por exemplo, na seguinte passagem: “[...] assim, para o bem ou para o mal, Oliver Cromwell presidiu as grandes decisões que determinaram a futura trajetória da história inglesa e mundial”²⁸. Ao articular a atuação do indivíduo biografado com o contexto no qual esta se realizou, privilegia a ação das classes sociais e os conflitos religiosos.

A Psico-História refere-se, de um modo geral, aos historiadores que, em diversos momentos e em diferentes lugares, buscaram, no instrumental da psicologia e da psicanálise, elementos para explicar as ações humanas na história. A Psico-História tem como meta desvendar os caminhos que ligam a subjetividade individual ao contexto social. O destaque desta tendência é o historiador alemão, atuante nos Estados Unidos, Peter Gay, que vai extrair da psicologia freudiana os elementos para analisar a relação dos indivíduos biografados com os seus contextos. Na obra

²⁷ SCHMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *ANOS 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Porto Alegre, UFRGS, n. 6, dez. 1996, p. 174.

²⁸ HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 14.

intitulada *Freud: uma vida para nosso tempo*, 1989, Peter Gay utilizou o método psicanalítico para biografar o fundador da psicanálise, Sigmund Freud. Peter Gay usa a teoria psicanalítica como um recurso para a construção da história mental do indivíduo, na qual a experiência cultural ocupa um lugar importante. Excursionando pelo modelo psicanalítico do desenvolvimento humano o historiador lê a cultura através do indivíduo.

No Brasil, a popularidade da biografia é comentada pelos historiadores Benito Schimidt, Magda Ricci, Marly da Silva e Francisca L. Nogueira de Azevedo²⁹. Nas duas últimas décadas, têm sido férteis as produções de biografias históricas por historiadores brasileiros, dentre eles, destaque Maria Odila da Silva Dias, Eduardo Silva, Elciene Azevedo, Glória Kaiser, Kenneth Maxwell, Lia Moritz Schwarcz, Magda Ricci, Dênis de Moraes, Margareth Rago, Laura Maria de Mello e Souza, Nicolau Sevckenko, Francisco Falcon, Evaldo Cabral de Mello, Janaína Amado, José Murilo de Carvalho, Mary Del Priore, Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, Maria Lacerda de Moura, Miriam Moreira Leite, Alexandre Hecker, Regina Horta Duarte, Maria Elena Bernardes e um expressivo contingente de cientistas sociais que defendem o uso da biografia. Chamo atenção também para os inúmeros ensaios sobre o gênero biográfico que despontam na década de 80 e para os dicionários que lhe consagram verbetes. Artigos são publicados na Itália, Suíça e Alemanha. Organizam-se seminários e simpósios sobre o tema. Essas tantas evidências apontam para o lugar central que as biografias ocupam na reflexão dos historiadores. Ela tornou-se um objeto privilegiado de estudos no âmbito da corrente historiográfica da Micro-História, e será a seguir particularizada, a fim de apontar os parâmetros que a informam: epistemológicos, metodológicos e políticos, detalhando as imbricações entre a história, entendida como operação cognitiva e a memória, seu objeto.

A Micro-História inicia-se como um projeto oriundo das questões e proposições formuladas por um grupo de historiadores italianos. Dentre eles, Carlos Ginzburg, Giovanni Levi, Carlo Poni, Eduardo Grendi, Maurizio Gibaudi, Simona Cerrutti, Franco Ramella, Pietro Redondi, Ângelo Ventura, Ernesto Galli Della Loggia, Raffaele Romanelli. Estavam ligados à revista *Quaderni Storici*, publicada pela editora Il Mulino de Bolonha, a partir de 1970³⁰, e à coleção intitulada *Microstorie*, publicada pela editora Giulio Einaudi, em Turim, a partir de 1981. A micro-história, através de uma trajetória que envolve mais de três décadas, não apenas formulou novas e singulares interrogações, mas estendeu suas temáticas, elaborou sugestões comuns, criando uma coerência; uma “comunidade de estilo”³¹, que, indubitavelmente, alcançou uma difusão internacional e um lugar importante nos debates historiográficos

²⁹ SCHMIDT, Benito Bisso. Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Cultura e Trabalho*, São Paulo, PPGH/ DH/PUC-SP, fev. 1998, n 16, p. 233-244, p. 237. SCHMIDT, Benito Bisso. A biografia histórica: o ‘retorno’ do gênero e a noção de ‘contexto’. In: BARCELLOS, César et al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, p. 121-129; RICCI, Magda. Como se faz um vulto na História do Brasil; AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. Biografia e gênero. In: BARCELLOS et al, *Questões de teoria...*, p. 131-146. SILVA MOTTA, Marly da. O Relato biográfico como fonte para a História. *Vidya*, Santa Maria, v. 19, n. 34, jul./ dez. 2000, p. 101-122.

³⁰ Ver a minuciosa pesquisa empreendida por Enrique Espada Lima. LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

³¹ Entendida como um grupo de indivíduos com uma identidade historiográfica.

contemporâneos e nas obras dedicadas às questões epistemológicas do conhecimento histórico. A operação da escrita da história efetuada pela micro-história recorre a procedimentos de exposição de enredos e às técnicas narrativas contrastantes com as maneiras habituais da “corporação historiadora”. Alguns historiadores romperam com as formas convencionais empregadas pelos historiadores para a apresentação de sua produção. Todas as produções historiográficas consideradas como micro-analíticas destacam-se por suas qualidades eminentemente narrativas.

As narrativas biográficas, classificadas como micro-históricas, mais difundidas no mundo historiográfico ocidental são as seguintes: *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, 1976, e *Indagações sobre Piero: o batismo, o ciclo de Arezzo, a flagelação*, 1981, de Carlo Ginzburg; *Galileu eretico*, de Pietro Redondi, 1983; *Biografia di una città: storia e racconto: terni 1830 – 1985*, de Alessandro Portelli, 1986; *Soldati: l’istituzione militare nel Piemonte del Settecento*, de Sabina Loriga, 1992; *O retorno de Martin Guerre*, 1982, *Nas margens: três mulheres do século XVI*, 1997, de Natalie Zemon Davis; *Southern Honor*, 1982, de Wyatt Brown; *Logiques de la foule. L’affaire des enlèvements d’enfants*, 1988, de Jacques Revel e Arlette Farge; *Atos impuros: a vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença*, 1984, de Judith Brown; *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, de Giovanni Levi, 1985. Dentre aquelas produzidas no Brasil, destacam-se: *O diabo e a terra de Santa Cruz*, 1986, de Laura de Mello e Souza; *Trópicos dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil Colonial*, 1989, de Ronaldo Vainfas; *Rosa Egípcíaca: uma santa negra no Brasil Colonial*, 1992, de Luiz Mott; *Um herege vai ao paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição*, 1997, Plínio Gomes; *O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial*, 1989, Evaldo Cabral de Mello; *D. Oba II D’África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, 1997, de Eduardo Silva. A seguir, com o intuito de *exemplar*, comento algumas dessas biografias a fim de ressaltar suas qualidades cognitivas vislumbradoras das relações entre a história e a memória.

A biografia *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, 1985, de Giovanni Levi, resulta de um trabalho sistemático e exaustivo em arquivos, principalmente notariais e cadastrais, onde o autor desenvolveu uma vasta pesquisa prosopográfica. O relato começa como uma história de vida do padre Giovan Battista Chiesa, vigário da paróquia de Santena; todavia, no decorrer do relato, sua trajetória desaparece a ponto de Jacques Revel perguntar: trata-se mesmo de uma biografia? Ao que responde negativamente, se tomarmos como parâmetro o modelo clássico da biografia; por outro lado, reconhece sê-lo, ao considerar as condições e os contextos nos quais a história se consubstancia a partir de uma “*série de destinos inscritos no espaço de uma comunidade restrita*”. Sua narrativa nos mostra a história ao “rés do chão”: as relações sociais, a vida política, as regras econômicas, as reações psicológicas. Ela coloca “*ordem na desordem aparentemente não-essencial do cotidiano*”. Vê-se que essa ordenação executada pela operação configurativa do enredo opera uma síntese do heterogêneo, mas sem descaracterizar a principal “figura” através da qual os homens de Santena apreendem seu tempo: a incerteza. Assim, Giovanni Levi não tece uma intriga simplificadora; ao contrário, respeita-lhe a complexidade.

As seqüências narrativas são tripartites: a contextual, em que são enquadradas as generalizações ou, como bem o diz Jacques Revel, “a moldura referencial que torna inteligível sua *Ilíada camponesa*”, alertando-nos para a intrincada mobilidade das relações de poder e forças de resistência; a construção de quadros descritivos, cuja estratégia do historiador são as “frentes familiares”, identificadas por seus laços de parentesco consanguíneo, por alianças ou relações de parentesco fictícias, e o trabalho de conceitualização: o tema do poder. Nessa série, Giovanni Levi retraça a simbologia de uma rede tradicional móvel, a pragmática da herança imaterial, cujo protagonista principal tem o papel de um mediador. O resgate dos acontecimentos em escala micro (multiplicação das vendas e compra de terra, o crédito, o destino coletivo dos conjuntos familiares, a luta pelo prestígio e pelo poder local) movimentava-se circunscrevendo a modulação local de uma grande história. O modelo de análise estratégico de Giovanni Levi adota como tropo principal a noção de incerteza, que lhe permite trabalhar com uma complexidade do social que vai das ambiguidades, limitações e forças que operam no ambiente social em estudo às formas de entidades abstratas (Estado, zonas rurais, reforma católica etc.) e à cartografia do social. O recurso sistemático a variações de distância focal revela, a cada nível de leitura, uma realidade diferente. Ao historiador coube fazer as conexões das múltiplas experiências e representações sociais, que sabemos comportar contradições num sistema de contextualização múltipla.

O retorno de Martin Guerre, 1982, da historiadora da Nova História Cultural norte-americana³², Natalie Zemon Davis, é notabilizado por ter sido contado por juristas, romancistas, historiadores e cineasta (filme dirigido por Daniel Vigne, 1982). A elaboração do seu enredo narra um caso de impostura de uma pequena vila francesa ocorrido em 1540, quando um camponês abandona sua mulher, filho e propriedades durante oito anos. Três anos após a partida, sua identidade é assumida por outro homem. A historiadora, a partir de processos notariais, anais judiciais e das reelaborações literárias intituladas: *Arrest memorable* do juiz Jean de Coras e da *Admiranda historia* de Le Sueur, mediados pela invenção e como ela mesma afirma, pela atenta escuta das vozes do passado, reconstitui, sagaz e poeticamente, as micro-histórias biográficas de Martin Guerre (marido que parte), Bertrande de Rols (esposa abandonada) e Arnauld du Thil (impostor). Uma narrativa fértil para esclarecer questões relativas à investigação e escrita da história e às questões conceituais sobre memória, representação e formação de identidade no século XVI.

O apelo dramático da história de Martin Guerre inspirou uma peça, três romances, uma opereta e um filme e, segundo Natalie Zemon Davis, “ainda é lembrada na aldeia de Artigat, nos Pirineus, onde os acontecimentos ocorreram há quatrocentos anos”. Sua trama conceitual pauta-se em operações dialéticas centradas na construção conflitante de sentido interposta nas relações sociais da sociedade rural do século 16 (entre pai e filho, marido e mulher, ricos e pobres, protestantismo e cristianismo), expressando-a através de recursos linguísticos de nuances, de contrastes, de oposições. A trama de Martin Guerre denuncia as condições sociais e existenciais opressivas com que lutam e sob as quais sucumbem os sujeitos: o

³² Na esfera desta corrente, segundo Peter Burke, estariam os “estudos culturais”, seguindo o modelo do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, da Universidade de Birmingham, dirigido por Stuart Hall.

destino trágico do impostor Arnauld du Thil – o desviante, que é preso, processado e punido com a morte. Todavia, metáforas oníricas dimensionam manifestações libertárias como: a vontade de Martin Guerre de viver uma outra vida, os desejos de Arnauld du Thil ao aspirar “*forjar uma nova identidade e construir uma outra vida*”, o sonho de Bertrande “*com um esposo e amante que voltaria e seria diferente*” e, sobretudo, configuram o eixo hipotético “*de uma rara identificação entre o destino dos camponeses e o destino dos ricos e instruídos*”. E Natalie Zemon Davis mostranos como as coerções socioculturais foram circunstancialmente superadas por fórmulas “*insólitas e inesperadas*”, modeladas individualmente. Na narrativa de Martin Guerre, Natalie Davis conjectura os pensamentos e sentimentos de Bertrande numa investigação que liga o caso específico ao contexto “*enquanto campo de possibilidades historicamente determinadas*”. Como afirma a própria historiadora, sonda as profundezas do passado, presume os sentimentos e reações plausíveis de seu homem ou sua mulher, “*imaginando o seu conteúdo a partir de muitas outras que lhe sobreviveram [...] através de outras fontes de época e do local*”. A biografia dos personagens de Natalie Davis torna-se, de vez em quando, a biografia de outros homens e mulheres do mesmo tempo e lugar.

*O Queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*³³: trata-se da biografia intelectual de um esquecido e anônimo moleiro herético: um remontar de sua história, uma explicação das correntes intelectuais que o influenciaram, um estudo meticuloso dos livros que leu e de suas interpretações. Segundo Carlo Ginzburg, uma primeira consideração que se deve levar em conta nessa obra é “[...] uma tentativa de expandir a relevância da noção de indivíduo na história – transferir o retrato da individualidade da ‘elite cultural’ ao que geralmente nos referimos como ‘as massas’”³⁴. Note-se que, em meados dos anos 70, a biografia consistia numa tópica provocadora frente às ortodoxias da historiografia. Prevalencia a história serial e quantitativa e, justo neste momento, “*propor uma investigação capilar sobre um moleiro pode parecer paradoxal ou absurdo, quase como um tear mecânico numa era de teares automáticos*”. Declara o autor no prefácio de *O Queijo e os Vermes* que “*não é um objetivo de pouca importância estender às classes mais baixas o conceito histórico de ‘indivíduo’*”.

Na abertura do prefácio da edição italiana de *O queijo e os vermes*, há uma epígrafe que é um trecho de um poema de Berthold Brecht: “*Quem construiu Tebas das sete portas?*”. O historiador diz que “*As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo o seu peso*”. Ela remete a uma perspectiva política: a história vista de baixo. Para Carlo Ginzburg, o anonimato de uma vida pessoal é transcendido por horizontes mais amplos. Foi o que o motivou para escrever um livro sobre uma pessoa totalmente desconhecida, que não poderia reivindicar, até então, qualquer significado histórico tradicional. Essa intencionalidade biográfica da obra, eminentemente política, é instigante para, com um gesto

³³ É o livro mais conhecido e difundido dentro do conjunto de toda a produção intelectual de Carlo Ginzburg. Em levantamento realizado no ano de 2004, foram localizadas vinte traduções. Simultaneamente, teve, até 1997, 15 reimpressões na Itália e, em alguns outros países, teve mais de uma edição; no Brasil, teve quatro edições: 1987, 2001, 2002 e 2006.

³⁴ GUNDERSEN, Trygve Riiser. No lado negro da história: uma entrevista com Carlo Ginzburg. Tradução de Maria Betânia Amoroso. 10ª reimp. *Eurozine*, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/articles/2005-07-20-ginzburg-pt.html>>. Acesso em: 12.01.2006.

hermenêutico, prescrutar-lhe os meandros da operação historiográfica constitutiva de sua narrativa e interpretá-la enquanto um artefato textual, uma história, artesanada e contada pela intencionalidade histórica e política do historiador. Isso significou, para além das propostas *annalistas* da história social, vigentes nos anos de 1960/70, que primavam pela serialização e anonimato, uma atitude de contraposição e a adesão a uma nova opção, que tinha por alvo tirar do esquecimento a ação das classes populares, que, aliás, haviam deixado poucos rastros e escassos vestígios documentais. Nos anos 70, François Furet defendia as reconstruções estatísticas, de grandes magnitudes, despersonalizadoras e homogeneizadoras – alheias, portanto, ao rastreamento das vidas pessoais. Carlo Ginzburg, Carlo Poni e Eduardo Grendi, Giovanni Levi sustentaram pressupostos distintos que, enfim, reprovavam o cartesianismo de tal postura e defendiam a individualização da história, ou seja, buscar o mesmo indivíduo ou grupo de indivíduos em contextos sociais diferentes.

Segundo Paul Ricoeur, o modo como determinada situação histórica deve ser pré-configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica do enredo: a vida de Menocchio, com o conjunto de eventos e circunstâncias (a invenção da imprensa, a Reforma Protestante, a Contra Reforma, a Cultura oral) aos quais deseja conferir um sentido particular. Portanto, trata-se, essencialmente, de uma operação integradora. A escrita vai dando corpo significativa aos eventos, e os eventos se articulam em um lugar que é o espaço (Europa pré-industrial) – tempo narrativo (século XVI). A abordagem micro-analítica demonstra uma capacidade de conceitualizar, de pôr em dúvida a noção de regularidade evolutiva, de reintroduzir o provável, quando não o aleatório, nas sucessões temporais³⁵. De forma que o passado e suas circunstâncias surgem em fragmentos, em micro-histórias, rompendo com a imagem de um mundo ordenado e hierárquico. A originalidade de Carlo Ginzburg, ao esclarecer um caso “excepcional” ou “extraordinário” como o do moleiro Menocchio, que escapava tanto da costumeira tipologia dos processos inquisitoriais quanto da tipologia da amostra coletiva “representativa” ou “média” (geralmente utilizada no âmbito dos estudos sociológicos), foi estender às classes mais baixas o conceito histórico de “indivíduo”. Mas a análise particularizada não é restrita, nem arbitrária; ela tem a ambição de incorporar, integrar e articular o maior número possível de propriedades, que lhe permitam a reconstituição do vivido, das experiências sociais em sua máxima complexidade e amplitude. Por essa perspectiva, o historiador Carlo Ginzburg faz emergir, da “cultura” de Menocchio, uma modulação em escala global da cultura camponesa da Europa pré-industrial do século XVI, apreendendo os fenômenos históricos e os enclaves socioculturais em circulação.

Ele procura dar conta das certezas e incertezas das escolhas daquele homem, diante da conjuntura do momento histórico em que ele viveu: a Europa pré-industrial. As condições daquele presente, tal como ele foi vivido, poderão tornar-se acessíveis para nós a partir da sua experiência individual, traços ou rastros, que perduraram até nós. Carlo Ginzburg afirma que esse modelo permitiu-lhe, também, demonstrar a incerteza do processo de pesquisa e de seus procedimentos analíticos,

³⁵ GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 139.

em particular, o do *Estranhamento*. Este consiste num movimento retrospectivo, de retornos no tempo, às avessas (técnica denominada *flashback*), um movimento de frente para trás e de trás para frente, isento de linearidade, que alterna e envolve a relação do presente com o passado e deste com o presente. Com o uso do método retrospectivo aplicado ao saber historiográfico, o autor tentará reconstituir, no mesmo nível da investigação, o mundo cultural na Europa do século XVI. A dinâmica do jogo interpretativo de Carlo Ginzburg reside na combinação entre dados seguros e conjecturais, entre provas e possibilidades. Neste sentido, *O queijo e os vermes* experimenta a dimensão integrativa da narrativa, articulando a perspectiva que privilegia a análise das formas com a focada na análise das funções³⁶. Daí a problemática da “representância”, vinculada à problemática dos rastros – na medida em que os rastros valem pelo passado –, encontra no *ver-cómo* uma saída parcial. Essa operação construída, que não esconde a sua artificialidade, é realizada pelo *questionamento às avessas e pela intencionalidade histórica*, que possibilitarão a reconstrução analítica de rastros, vestígios ou fragmentos do passado. E indicam a consciência do historiador, no que diz respeito a todas as fases da investigação como construídas e não “dadas”. Para Paul Ricoeur, esse projeto designa “*a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos*”³⁷ e, nela, reside uma articulação da história com a memória:

*Nem por isso se deve esperar uma ressurreição da vivência dos agentes sociais, como se a história deixasse de ser história e se juntasse à fenomenologia da memória coletiva. O respeito por essa sutil fronteira importa a nosso assunto, que jamais desmente a implícita profissão do corte epistemológico que separa a história da própria memória coletiva. São sempre interações que são recolhidas e reconstruídas.*³⁸

É justamente no interior da *práxis* historiográfica que se efetiva uma síntese, aparentemente antinômica, entre história e memória, visto que se utiliza de um mesmo princípio: a imaginação para a (re)criação das experiências humanas nos tempos, a fim de alcançar o “que um dia poderia ter sido” e contá-las, não mais através de convenções linguísticas opostas, mas confluentes. A imaginação pode ser considerada como uma iniciação à função crítica, na medida em que ensina a sonhar de outra maneira, igual ao relato que ensina a contar de outra maneira. É, nesse duplo “de outra maneira” que, segundo Paul Ricoeur, se encontra *in nuce* uma força crítica. Já que a dialética da memória e da imaginação, iniciada no plano individual, segue seu curso no plano coletivo e político sob as formas do imaginário popular e da utopia, constituindo o discurso contestatário em relação com as posições de poder. Assim, abrem-se as possibilidades para uma comunicação que não apenas preserva o reconhecimento de diferentes saberes como também nos orienta na busca dos encontros profícuos entre eles. É a consciência de que as fontes documentais

³⁶ LIMA, *A micro-história italiana...*, p. 327.

³⁷ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

³⁸ RICOEUR, *A memória...*, p. 225.

são representações e que, por isso mesmo, o externo, o ocorrido e o desaparecido, são, por princípio, irrecuperáveis, mas não incognoscíveis, que o investigador as utiliza para referir-se ao mundo extratextual.

Paul Ricoeur ressalta o papel da linguagem como portadora da memória. É através de uma espécie de narração da memória que a mediação linguística se processa. A memória carece de nomes e de números. Para Bachelard, as recordações só se fixam se obedecerem antes de tudo às condições de evocação. Só nos recordamos de algo ao proceder a escolhas, ao recortar fatos da corrente da vida para neles colocar razões. Os fatos prendem-se na memória graças a eixos intelectuais. O que equivale a dizer que não nos recordamos por simples repetição, automatismos e que devemos compor nosso passado. A memória carece de testemunhos: “[...] o reconhecimento que se dá ao outro que encarna e exemplifica ante meus olhos o ideal de uma vida correta. O discurso do historiador ambiciona representar em *verdade* o passado. E a memória ambiciona a fidelidade. A noção de testemunho possibilita a adequação dos relatos de memórias individuais à veracidade histórica. A memória individual e coletiva, enquanto domínio das representações sociais, passa, assim, a integrar o "território do historiador". A partir daí, a história da relação da história com a memória será a de uma autonomização da história em relação à memória.

Para a historiadora Rosa Maria Godoy Silveira, o exercício da mediação do historiador exige um atributo: ser portador de conhecimento histórico e saber realizar a operação historiográfica, que demanda uma interlocução dos vivos com os mortos, transpondo para estes as vozes do seu futuro, mesmo quando o historiador silencia, o próprio presente. Mediação, pois, no tempo e com o tempo, expressa pela narrativa como o ato, processo e relato/produto de transmissão das experiências temporais³⁹. Experiências que têm o mundo como horizonte⁴⁰. Essa inspiração ricoeuriana lida com as noções de “horizonte de expectativa” e de “espaço de experiência”, constitutivas da consciência histórica, para demonstrar no estudo da memória a pertinência da noção agostiniana dos três presentes: um presente das coisas futuras, um presente das coisas passadas e um presente das coisas presentes. O “horizonte de expectativa” e o “espaço de experiência” se entrecruzam na experiência do presente histórico, do mesmo modo que a espera (a promessa) e a lembrança na experiência de vida de cada pessoa no presente. A memória para Paul Ricoeur é sempre a memória de alguém que faz projetos e que visa ao devir. A História enquanto operação cognitiva, é um espaço de liberdade, que, inspirada pela tradição, comporta a invenção, dentro, decerto, do domínio da cultura ocidental (no nosso caso); assim, instaura um gesto ético-político no âmbito da prática historiográfica. Foi o que fizeram os historiadores Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Natalie Zemon Davis, ao restituir a Menocchio, a Martin Guerre e a Giovan Battista Chiesa, os seus papéis de protagonistas da História.



³⁹ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. História e ensino: acontecimento e narrativa, acontecimentos e narrativas. Conferência apresentada no XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa – PB, jul. 2003. 01 CD-ROM. Anais Eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História.

⁴⁰ RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Tradução de de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 119.

RESUMO

Neste artigo, optei por traçar o inventário das biografias históricas na cultura historiográfica ocidental tendo como fio condutor as articulações entre a história, a memória e o esquecimento na produção do conhecimento histórico e na *práxis* das diversas correntes historiográficas. Com a mediação da hermenêutica ricoeuriana, ensaio uma interpretação que particulariza, na Micro-História, os parâmetros epistemológicos, metodológicos e políticos que a informam, focando as práticas de um saber/ fazer que visa ao deslocamento da condição de esquecimento na historiografia em que estiveram proscritos os segmentos sociais populares.

Palavras Chave: Biografias Históricas; Historiografia; Memória.

ABSTRACT

In this article, I decided to draw up an inventory of historical biographies in Western historiographical culture as a common thread with the links between history, memory and forgetfulness in the production of historical knowledge and *praxis* of the various historiographical trends. With the mediation of Ricoeurian hermeneutic an interpretation that particularizes, in micro-history, the epistemological, methodological and political parameters are tested, focusing on the practices of a knowledge and practice that aims to shift the condition of forgetting in historiography, in which popular social segments were outcasted.

Keywords: Historical Biographies; Historiography; Memory.